



Banco Finaxis S.A.

(CNPJ: 11.758.741/0001-52)

Demonstrações Contábeis acompanhadas do Relatório do Auditor Independente

Em 30 de junho de 2026

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis	4
Balancos Patrimoniais	7
Demonstrações do Resultado	9
Demonstrações do Resultado Abrangente	10
Demonstrações da Mutação do Patrimônio Líquido	11
Demonstrações do Fluxo de Caixa – método indireto	12
Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis	13

Relatório da Administração – 1º semestre de 2026

1. INTRODUÇÃO

Apresentamos a seguir o Relatório da Administração do Banco Finaxis S/A referente ao primeiro semestre de 2026, de acordo com o que estabelece o Banco Central do Brasil.

2. RESULTADOS RELEVANTES

No primeiro semestre de 2026 as receitas operacionais do Banco Finaxis somaram R\$ 27.656 mil, apresentando um crescimento de 21,96% em relação ao mesmo período de 2025.

O Banco Finaxis evoluiu o total do Patrimônio Líquido administrado de R\$ 6,24 bilhões ao final do primeiro semestre de 2025 para R\$ 6,71 bilhões ao final do primeiro semestre de 2026, um crescimento de 7,53%. O Patrimônio Líquido custodiado passou de R\$ 26,8 bilhões ao final de 2025 para cerca de R\$ 28 bilhões no fim do primeiro semestre de 2026, uma variação de 4,5%.

O Banco Finaxis obteve no 1º semestre de 2026 um prejuízo de R\$ 3.414 mil, impactando por baixas contábeis de natureza não recorrente, e no mesmo período de 2025 um prejuízo de R\$ 2.501 mil, o que representa uma variação negativa de R\$ 913 mil com relação ao mesmo período do ano anterior.

3. CONTEXTO E PERSPECTIVAS

A inflação acumulada no ano até junho de 2026 medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) foi de 3,36% e de 4,64% nos últimos 12 meses. A Taxa SELIC segue a tendência de queda, partindo de 15,00% em janeiro de 2026 e atingindo 14,00% em agosto de 2026.

Segundo o Boletim Focus do Banco Central publicado em 17 de agosto de 2026, a expectativa para o Produto Interno Bruto (PIB) para 2026 é de 1,98% e as projeções para inflação são de 5,02%. Em relação à taxa básica de juros da economia brasileira, a Selic, a previsão é de queda até 13,75% ao final do ano. A projeção para o dólar é de R\$ 5,20.

O Banco Finaxis continua muito atuante no mercado de FIDCs (Fundos de Investimento em Direitos Creditórios), entendendo que é fundamental manter o ritmo acelerado de investimentos em tecnologia e inovação.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas do
Banco Finaxis S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Finaxis S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Finaxis S.A. em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis à auditoria de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de

auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de agosto de 2026.

CLA - Clifton Larson Allen Brasil Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC 2SP-048.811/O-0



Thiago Benazzi Arteiro
Contador CRC 1SP-273.332/O-9

Banco Finaxis S.A.

Balanços patrimoniais em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO

	Notas	30/06/2026	31/12/2025
Ativo circulante		42.487	45.404
Disponibilidades	4	7	5
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	2.300	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros		2.303	-
(-) Perda Esperada		(3)	
Instrumentos financeiros	6	25.723	21.485
Carteira própria		25.723	21.485
Relações Interfinanceiras	7	7.843	9.636
Créditos vinculados		7.843	9.636
Outros créditos		5.928	13.861
Rendas a receber	8	4.957	5.037
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8	(1.648)	(1.638)
Créditos Tributários	9	2.222	309
Diversos	9	397	10.153
Outros valores e bens		686	417
Despesas antecipadas		686	417
Ativo realizável a longo prazo		6.239	2.776
Outros créditos	9	6.239	2.776
Créditos Tributários LP		5.415	2.473
Diversos LP		824	303
Ativo não circulante		11.004	8.911
Investimentos		7.950	5.311
Participações em coligadas e controladas	10	7.950	5.311
Imobilizado de uso	11	223	245
Outras imobilizações de uso		3.522	3.526
(Depreciações acumuladas)		(3.299)	(3.281)
Direito de uso	12	2.277	2.649
Direito de uso - Arrendamento		3.416	3.350
(-) Depreciações acumuladas		(1.139)	(701)
Intangível	13	554	706
Ativos intangíveis		3.088	3.088
(Amortizações acumuladas)		(2.534)	(2.382)
Total		59.730	57.091

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Banco Finaxis S.A.

Balanços patrimoniais em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	30/06/2026	31/12/2025
Passivo circulante		39.238	36.962
Depósitos		10.410	10.005
Depósitos à vista	14	10.410	10.005
Outros instrumentos de dívida		22.944	21.474
Instrumentos de Dívida com Cláusulas de Subordinação	15	22.944	21.474
Relações interfinanceiras		1	-
Obrigações junto a participantes do sist. de Liquidação		1	-
Obrigações p/ empréstimos e repasses		1.488	823
Arrendamento	12	1.488	823
Outras obrigações		4.395	4.660
Sociais e estatutárias		-	-
Fiscais e previdenciárias	16	723	1.156
Diversas	17	3.672	3.504
Exigível a longo prazo		1.648	2.573
Outras obrigações		1.648	2.573
Arrendamento	12	884	1.892
Diversas LP	17	764	681
Patrimônio líquido		18.844	17.556
Capital social	18	22.656	17.956
Reserva legal		1.261	1.261
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários		1	(1)
Prejuízos Acumulados		(5.074)	(1.660)
Total		59.730	57.091

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Banco Finaxis S.A.

Demonstração do resultado para os semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		2026	2025
	Notas		
Receitas da intermediação financeira		2.381	1.196
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez		988	832
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		1.393	364
Despesas da intermediação financeira		(1.582)	(61)
Operações de captação no mercado		(1.476)	(16)
Despesa financeira de arrendamento		(106)	(45)
Resultado bruto da intermediação financeira		799	1.135
Outras receitas/ (despesas) operacionais		(9.335)	(3.810)
Receitas de prestação de serviços	20	21.595	20.947
Despesas de pessoal	21	(11.637)	(11.465)
Outras despesas administrativas	22	(10.223)	(9.340)
Despesas de provisões PCLD		(7)	(5)
Despesas de provisões contingências		(91)	(72)
Despesas de perda esperada		(12)	-
Despesas tributárias		(2.282)	(2.162)
Resultado de participações em coligadas e controladas		2.639	(2.214)
Outras receitas operacionais		877	534
Outras despesas operacionais	23	(10.194)	(33)
Resultado operacional		(8.536)	(2.675)
Resultado não operacional		267	4
Resultado antes da tributação sobre o resultado		(8.269)	(2.671)
Imposto de renda e contribuição social	24	4.855	170
Imposto de renda e contribuição social - correntes		-	-
Imposto de renda e contribuição social - diferidos		4.855	170
Participações no lucro - empregados		-	-
Lucro (Prejuízo) do semestre / exercício		(3.414)	(2.501)
Nº de ações		17.955.577	17.955.577
Lucro/ (Prejuízo) líquido por ação (em R\$)		(0,19)	(0,14)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Banco Finaxis S.A.

Demonstração do resultado abrangente para os semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

	2026	2025
Lucro (Prejuízo) do Semestre/Exercício	(3.414)	(2.501)
Parcela do sócio controlador - Lucro recorrente	(3.388)	(2.482)
Parcela do sócio controlador - Lucro não recorrente	-	-
Parcela dos não controladores - Lucro recorrente	(26)	(19)
Parcela dos não controladores - Lucro não recorrente	-	-
Instrumentos financeiros	(2)	-
(-) Ajustes de instrumentos financeiros	(2)	-
Tributos sobre ajustes de instrumentos financeiros	-	-
Total resultado abrangente	(3.416)	(2.501)
Parcela do sócio controlador	(3.390)	(2.482)
Parcela dos não controladores	(26)	(19)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Banco Finaxis S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Ajustes a valor de mercado – TVM	Reserva de Lucros		Lucros/(Prejuízos) acumulados	Total
			Reserva Legal	Reservas Estatutária		
Saldos em 31 de dezembro de 2024	17.956	95	1.261	4.238	-	23.550
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	(2.501)	(2.501)
Dividendos	-	-	-	(3.128)	-	(3.128)
Ajustes a valor de mercado – TVM	-	(95)	-	-	-	(95)
Saldos em 30 de junho de 2025	17.956	-	1.261	1.110	(2.501)	17.826
Saldos em 31 de dezembro de 2025	17.956	(1)	1.261	-	(1.660)	17.556
Prejuízo do semestre	-	-	-	-	(3.414)	(3.414)
Dividendos	-	-	-	-	-	-
Ajustes a valor de mercado – TVM	-	2	-	-	-	2
Aumento de capital - aguardando aprovação do Bacen	4.700					4.700
Saldos em 30 de junho de 2026	22.656	1	1.261	-	(5.074)	18.844

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Banco Finaxis S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa método indireto para os semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

	Semestre	
	2026	2025
Atividades operacionais		
Lucro / (Prejuízo) do semestre/exercício	(3.414)	(2.501)
Ajustes ao lucro/ (prejuízo)	(6.661)	3.003
Depreciações e amortizações	175	203
Equivalência patrimonial	(2.639)	2.214
Constituição/ reversão de crédito tributário	(4.855)	(170)
Provisão para devedores duvidosos	10	462
Provisão para passivos contingentes	91	72
Constituição de perda esperada de crédito	12	-
Instrumentos financeiros classificados como VJORA	2	(95)
Depreciações direito de uso - Arrendamento	437	272
Despesa financeira de arrendamento	106	45
Variações em ativos e passivos	8.195	2.063
Aumento/ (redução) em títulos e valores mobiliários	(4.247)	20.608
Aumento/ (redução) em relações interfinanceiras	1.794	181
Aumento/ (redução) em outros créditos	9.315	(14.404)
Aumento/ (redução) em outros valores e bens	(269)	(335)
Aumento/ (redução) em depósitos a vista	405	(6.613)
Aumento/ (redução) em outras obrigações	176	(471)
Aumento/(Redução) passivo de arrendamento	(449)	3.097
Aumento/(Redução) outros instrumentos de dívida	1.470	-
Caixa líquido gerado das/ (aplicado nas) atividades operacionais	(1.880)	2.565
Atividades de investimento		
(Aquisição)/baixas de imobilizado de uso	(66)	(3.350)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(66)	(3.350)
Atividades de financiamento	4.251	785
Pagamento de Dividendos	-	(3.128)
Recebimento de dividendos	-	3.958
Pagamento passivo de arrendamento	(449)	(45)
Aumento de Capital	4.700	-
(Redução)/ aumento líquido de caixas e equivalentes de caixa	2.305	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/ exercício	5	6
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/ exercício	2.310	6
(Redução)/ aumento líquido de caixas e equivalentes de caixa	2.305	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

O Banco Finaxis S.A. ("Banco"), é uma sociedade anônima de capital fechado e organizado sob a forma de banco comercial, situado a Rua Pasteur, 463 11º andar, Água Verde, Curitiba – PR. O Banco é controlado pela Holding Finaxis S.A. (99,25%) e em conjunto com sua subsidiária Finaxis Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("CTVM") que tem por objeto social entre outras atividades: comprar e vender títulos e valores mobiliários, por conta própria ou de terceiros, instituir, organizar e administrar fundos mútuos e clubes de investimentos e exercer outras atividades expressamente autorizadas pelo Banco Central do Brasil (BCB) e/ ou pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), formam juntos o conglomerado Financeiro FINAXIS. O Banco Finaxis opera como banco comercial e atua no mercado financeiro principalmente com a prestação de serviços de administração, custódia, controladoria, contabilidade e estruturação de fundos e negociações de operações de crédito.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando-se as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BCB), Conselho Monetário Nacional (CMN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo BCB.

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As demonstrações contábeis passaram a serem elaboradas segundo os critérios instituídos pela Resolução CMN Nº 4.818 de 25 de maio de 2020 e a Resolução BCB Nº 2 de 12 de agosto de 2020, que tratam dos conceitos gerais para elaboração e divulgação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém a maioria não foi homologada pelo BCB. Desta forma, o Banco, na elaboração das demonstrações contábeis, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BCB:

- a) CPC 00 (R2) pronunciamento conceitual básico “Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil – financeiro”, homologado pela Resolução CMN nº 4.924/2021;
- b) CPC 01 “Redução ao valor recuperável de ativos”, homologado pela Resolução CMN nº 4.924/2021;
- c) CPC 02 “Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis”, regulamentada pela Resolução CMN nº 4.524/2016;
- d) CPC 03 “Demonstrações do fluxo de caixa”, homologado pela Resolução CMN nº 4.720 /2019;
- e) CPC 04 “Ativo Intangível”, homologado pela Resolução CMN nº 4.534/2016;
- f) CPC 05 “Divulgação de partes relacionadas”, homologado pela Resolução CMN nº 4.818/2020;
- g) CPC 06 (R2) “Arrendamentos”, homologado pela Resolução CMN no 4.994/2022;
- h) CPC 10 “Pagamento baseado em ações”, homologado pela Resolução CMN nº 3.989/2011;
- i) CPC 23 “Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro”, homologado pela Resolução CMN nº 4.924/2021;
- j) CPC 24 “Contabilização e divulgação de eventos subsequentes”, homologação pela Resolução CMN nº 4.818/2020;
- k) CPC 25 “Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes”, homologado pela Resolução CMN nº 3.823/2009;
- l) CPC 27 “Ativo imobilizado”, homologado pelo BCB, através da Resolução CMN nº 4.535/2016;
- m) CPC 33 (R1) “Benefícios a Empregados”, homologado pela Resolução CMN nº 4.877/2020.
- n) CPC 41 “Resultado por Ação”, homologado pela Resolução CMN nº 3.959/2019.
- o) CPC 46 “Mensuração ao valor justo”, homologado pela Resolução CMN nº 4.748/2019.

Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021

Em 01 de Janeiro de 2025, entrou em vigor a Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021, estabelecendo critérios contábeis específicos para instrumentos financeiros, incluindo o reconhecimento, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros.

Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das operações de hedge.

O Banco Finaxis S.A. realizou estudo técnico no qual foram avaliadas, de forma integral, a Resolução CMN nº 4.966 e as políticas e procedimentos atualmente em vigor. A análise não identificou divergências entre as práticas atuais e as diretrizes estabelecidas pela nova norma em comparação com as anteriormente adotadas.

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Atualmente, não é possível estimar quando o BCB irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC, e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

A Administração autorizou a emissão das demonstrações contábeis em 28 de agosto de 2026.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pelo Banco na elaboração das demonstrações contábeis são:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução CMN nº 4818/2020, do Conselho Monetário Nacional, são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo original de até 90 dias, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor de mercado. Dentre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

b) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

c) Instrumentos Financeiros

Ativos Financeiros

Instrumento Financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. A classificação e mensuração dos instrumentos financeiros do Banco Finaxis são efetuadas de acordo com a Resolução CMN nº 4.966 e são classificados os ativos financeiros com base no modelo de negócios da instituição para gestão de ativos financeiros e nas características contratuais dos fluxos de caixas desses ativos nas seguintes categorias:

I - Categoria: Custo Amortizado

Os ativos financeiros que atendam cumulativamente às seguintes condições:

- a) O ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais; e
- b) Os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas especificadas.

II - Categoria: Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes

Os ativos financeiros que atendam cumulativamente às seguintes condições:

- a) O ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro, com transferência substancial de riscos e benefícios; e
- b) Os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas especificadas.

III - Categoria: Valor Justo no Resultado

Demais ativos financeiros.

No Banco Finaxis, todos os ativos financeiros são classificados a custo amortizado.

Passivos Financeiros

Os passivos financeiros devem ser classificados na categoria custo amortizado, exceto:

- I - derivativos que sejam passivos, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado;
- II - passivos financeiros gerados em operações que envolvam empréstimo ou aluguel de ativos financeiros, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado;
- III - passivos financeiros gerados pela transferência de ativo financeiro;
- IV - compromissos de crédito e créditos a liberar;
- V - garantias financeiras prestadas;

No Banco Finaxis, todos os passivos financeiros são classificados a custo amortizado.

Receitas e Despesas

As receitas e os encargos de instrumentos financeiros devem ser reconhecidos no resultado, no mínimo, por ocasião dos balancetes e balanços, pro rata temporis, utilizando-se o método de juros efetivos.

É vedado o reconhecimento, no resultado do período, de receita de qualquer natureza ainda não recebida relativa a ativo financeiro com problema de recuperação de crédito.

Baixas e Transferências

O Banco Finaxis realiza a baixa de um ativo financeiro quando:

- I - os direitos contratuais ao fluxo de caixa do ativo financeiro expirarem; ou
- II - o ativo financeiro for transferido e a transferência se qualificar para a baixa nos termos da Resolução CMN nº 4.966.

d) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, sendo que os investimentos em controladas estão ajustados por avaliação pelo método da equivalência patrimonial.

e) Imobilizado de uso

Demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota Explicativa nº 11 que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

f) Benfeitorias em imóveis de terceiros

Os bens registrados nessa rubrica referem-se às benfeitorias em imóveis de terceiros que não podem ser registrados na rubrica Diferido – Benfeitorias em imóveis de terceiros a partir do exercício de 2015, conforme Resolução 4.535/2016 em virtude de legislação, foram depreciados pelo prazo de 5 anos, em virtude da expectativa de utilização do benefício da reforma no imóvel alugado.

g) Intangível

O ativo intangível é composto por ativos não monetários identificáveis sem substância física, de acordo com a Resolução nº 4.534/2016 do BCB. Os valores registrados como ativo intangível são relativos a softwares, sendo que o Banco irá obter benefícios desses softwares em até cinco anos.

h) Créditos tributários, impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social são constituídos sobre diferenças temporariamente indedutíveis, prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social, às alíquotas de 25% e 20%, respectivamente. A realização desses créditos tributários ocorrerá quando da realização das provisões constituídas e pela geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Estes créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

i) Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos contingentes e obrigações legais estão sendo efetuados para o semestre findo em 30 de junho de 2026, baseadas nos critérios definidos na instrução normativa BCB nº 319/2022 e na Resolução CMN nº 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico CPC-25.

- Ativos contingentes – não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- Provisões para riscos – são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação;
- Obrigações legais – fiscais e previdenciárias – referem-se às demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações contábeis e atualizados de acordo com a legislação fiscal;
- Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BCB.

j) Operações de arrendamento mercantil

De acordo com o CPC 06 (R2) (IFRS 16), o Banco Finaxis possui contrato de aluguel de imóveis e equipamentos, o qual pode ser cancelado por sua vontade e inclui o direito de opção de renovação e cláusulas de reajuste, enquadrados no conceito de arrendamento mercantil operacional. Os contratos de aluguel serão reajustados anualmente, conforme legislação em vigor, sendo que o maior percentual é de acordo com a variação do Índice Geral de Preços do Mercado.

k) Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda foi constituída à razão de 15% sobre o lucro real, acrescido de adicional de 10% sobre a parte desse lucro que excedeu a R\$ 240 no ano. A contribuição social é calculada sobre o lucro líquido antes do imposto de renda, à alíquota de 20%.

l) Apuração do resultado

As receitas e despesas das operações ativas e passivas são apropriadas pelo regime de competência. Os valores sujeitos à variação monetária são atualizados “pro rata dia”.

m) Resultado por ação

O lucro líquido por ação é calculado em reais com base na quantidade de ações em circulação, na data dos balanços.

n) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD

O Conglomerado Financeiro Finaxis elaborou uma política própria de PCLD para tratar da constituição de provisão sobre atrasos nos recebimentos de rendas a receber e despesas a reembolsar por parte dos fundos de investimento administrados. Essa provisão será constituída conforme quadro abaixo:

Atraso	Provisão
90 a 180 dias	10%
181 a 270 dias	40%
271 a 360 dias	60%
Acima de 360 dias	100%

Ficou estabelecido também que após 90 dias de atraso, as receitas deixam de ser alocadas no resultado e passem a serem lançadas em uma conta redutora do Ativo.

O instrumento financeiro se caracteriza como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) quando ocorrer:

I - atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de principal ou de encargos; ou

II - indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais.

4 Disponibilidades

Foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	06/2026	12/2025
Disponibilidades	7	5
Total	7	5

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Título	06/2026				12/2025			
	Até 03 meses	De 03 meses a 01 ano	perda esperada	Total	Até 03 meses	De 03 meses a 01 ano	perda esperada	Total
Aplicações em depósitos interfinanceiros	921	1.382	(3)	2.300	-	-	-	-
Total	921	1.382	(3)	2.300	-	-	-	-

6. Títulos e valores mobiliários

	06/2026				12/2025	
	Sem vencimento em até 01 ano	Após 01 ano	Valor de mercado	Ajustes de MTM	Valor de mercado	Ajustes de MTM
VJORA						
Carteira própria						
Letras financeiras do tesouro (a)	13.913	11.810	25.723	1	21.485	(1)
Total	13.913	11.809	25.722	1	21.485	(1)

- (a) O valor de mercado dos títulos públicos federais é obtido por meio da utilização de preços divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA).

7. Relações interfinanceiras

Em 30 de junho de 2026, o Banco Finaxis mantém junto ao Banco Central o montante de R\$ 277 (R\$ 430 em 2025) referente ao recolhimento compulsório de microcrédito, R\$ 7.377 (R\$ 9.206 em 2025) referente a depósitos voluntários, R\$ 171 (R\$ 0 em 2025) de outros sistemas de liquidação referentes aos valores de recebimento de compensação e R\$ 18 (0 em 2025) depósito efetuado pelo sócio referente ao aumento de capital.

8. Outros créditos – rendas a receber

	06/2026	12/2025
Administração de fundos	419	462
Custódia de valores	2.281	2.330
Controladoria e contabilidade de fundos de investimentos	1.388	1.390
Outras	869	855
PCLD	(1.648)	(1.638)
Total	3.309	3.399

	06/2026	12/2025
Atraso de 90 a 179 dias	164	164
Atraso de 180 a 269	82	57
Atraso de 270 a 359 dias	82	41
Atraso acima de 360 dias	1.320	1.376
Total	1.648	1.638

Movimentação

	06/2026	12/2025
(=) Saldo inicial em 31/12/2025	1.638	4.678
(+) Provisões constituídas	22	12
(-) Provisões revertidas	(105)	(06)
(+) Estagnações constituídas	163	954
(-) Estagnações revertidas	(70)	(4.000)
(=) Saldo final	1.648	1.638

9. Outros créditos – diversos e depósitos judiciais

	06/2026	12/2025
Outros créditos diversos – Circulante		
Adiantamentos ao FGC	47	-
Adiantamentos e antecipações salariais	208	66
Créditos tributários (Nota nº 24c)	2.222	309
Impostos e contribuições a compensar	112	42
Pagamentos a ressarcir (a)	30	10.040
Devedores Diversos	-	5
Total	2.619	10.462
Outros créditos diversos - Longo prazo		
Créditos tributários (Nota nº 24c)	5.415	2.473
Depósitos judiciais	824	303
Total	6.239	2.776

- (a) Refere-se basicamente aos valores de despesas de cartório, taxas e impostos de fundos ativos que o Banco e a Corretora pagaram e depois solicitaram reembolsos, valores reembolsados aos fundos e que o banco irá buscar a restituição e valores antecipados para a abertura de fundos, deixando disponível em seu portfólio para futuras comercializações.

No primeiro semestre de 2026, o montante de R\$ 10 milhões relativo ao processo de ressarcimento junto à seguradora, decorrente de sinistro foi baixado para perda.

10. Investimentos

Conforme Nota Explicativa nº 1, em 30 de setembro de 2011, a Corretora tornou-se subsidiária do Banco e o saldo de investimento, composto pela participação na Corretora, é conforme quadro a seguir:

	06/2026	12/2025
Informações sobre a controlada:		
Número de ações de capital	5.930	5.930
Patrimônio líquido	7.950	5.311
Capital social	5.930	5.930
Reservas de lucros	532	531
Resultado do período	2.639	(1.150)
Informações sobre o investimento na controlada:		
Número de ações possuídas	5.930	5.930
Percentual de participação (%)	100	100
Movimentação dos investimentos no período:		
Saldo inicial	5.311	10.901
Resultado de equivalência patrimonial	2.639	(1.632)
Recebimento de dividendos	-	(3.958)
Saldo final	7.950	5.311

Abaixo, apresentamos um sumário das demonstrações contábeis da controlada:

Controlada	06/2026		
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido
Finaxis CTVM	13.354	5.404	7.950
Controlada	12/2025		
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido
Finaxis CTVM	10.031	4.720	5.311

11. Imobilizado

	Taxa de depreciação	06/2026		12/2025	
		Custo	Depreciação	Valor residual	Valor residual
Móveis e equipamentos	10%	489	(468)	21	25
Equipamentos de processamento de dados	20%	2.113	(1.912)	201	218
Equipamentos de comunicação	20%	89	(88)	1	1
Equipamentos de segurança	10%	25	(25)	-	1
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	20%	806	(806)	-	-
Total		3.522	(3.299)	223	245

Movimentação

	06/2026	12/2025
(=) Saldo inicial em 31/12/2025	245	135
(+) Aquisições	-	168
(-) Baixas	-	(58)
(-) Depreciações	(22)	-
(=) Saldo final	223	245

12. Arrendamento

Como arrendatária, o grupo Finaxis arrenda equipamentos para uso de suas operações. De acordo com o CPC 06 (R2), o Finaxis reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento com base no valor presente dos pagamentos remanescentes dos contratos, descontado pela taxa de juros nominal correspondente às cotações de mercado, de acordo com o prazo de contrato.

A seguir apresentamos os saldos dos arrendamentos operacionais:

Ativos de direito de uso

(=) Saldo inicial em 31 de dezembro de 2025	3.350
Adição de Direito de uso	-
(+) Aquisições	66
(-) Depreciações	(1.139)
Total	2.277

Passivos de arrendamento

(=) Saldo inicial em 31 de dezembro de 2025	2.715
Adição de Direito de uso	-
(-) Pagamentos	(449)
(+) Despesa financeira de arrendamento	106
Total	2.372

O vencimento deste passivo financeiro em 30/06/2026 está dividido da seguinte forma: R\$ 1.488 mil até 1 ano (823 em dezembro/2025), R\$ 884 mil entre 1 e 5 anos (1.892 em dezembro/2025).

13. Intangível

		06/2026			12/2025
					Valor residual
	Taxa de amortização	Custo	Amortização	Valor residual	
Software	20%	3.088	(2.534)	554	706
Total		3.088	(2.534)	554	706

Movimentação

	06/2026	12/2025
(=) Saldo inicial em 31/12/2025	706	1.015
(+) Aquisições	-	-
(-) Baixas	-	-
(-) Amortizações	(152)	(309)
(=) Saldo final	554	706

14. Depósitos à vista

	06/2026	12/2025
Pessoas físicas (a)	1	1
Pessoas jurídicas – Ligadas (a)	725	855
Pessoas jurídicas – Não ligadas (a)	2.106	5.923
Pessoas jurídicas – Depósitos vinculados (a)	7.578	3.226
Total	10.410	10.005

(a) Passivos Financeiros mensurados a custo amortizado.

15. Instrumentos de Dívida com Cláusulas de Subordinação

(=) Saldo inicial em 31 de dezembro de 2025	21.474
Emissão letra financeira subordinada	-
(+) Juros letras financeiras	1.470
Total	22.944

Em 1º de julho de 2025, o Banco Finaxis S.A. realizou captação de R\$ 20 milhões por meio de emissão de Letra Financeira Subordinada Complementar (LFSC), em conformidade com a Resolução BCB nº 122/2021. A operação contribui para o reforço dos índices de liquidez e dos índices de capital regulatório mínimo do Banco, em linha com os requerimentos prudenciais estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen).

16. Outras obrigações – fiscais e previdenciárias

	06/2026	12/2025
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	64	49
Impostos e contribuições sobre salários	180	355
PIS e Cofins	191	189
ISS a Recolher	185	181
Impostos retidos a recolher (a)	70	302
Imposto de renda sobre aplicações financeiras (Fundo imobiliário)	33	50
Retenções fundos adm - IOF	-	30
Total	723	1.156

(a) Representado por valores a recolher relativos à retenção de clientes que são recolhidos no CNPJ do Banco no papel de administrador.

17. Outras obrigações – diversas e passivos contingentes

	Banco	
	06/2026	12/2025
Outras obrigações diversas - Circulante		
Obrigs. p/ aquisição de bens e direitos	-	168
Despesas de pessoal a pagar	793	937
Outras despesas administrativas (b) (c)	416	228
Credores diversos - País (a) (c)	2.463	2.171
Total	3.672	3.504
Outras obrigações diversas - Longo prazo		
Passivos contingentes (b)	764	681
Total	764	681

- (a) Representado substancialmente pelo ressarcimento de despesas de infraestrutura para a Holding Finaxis S.A.;
- (b) Em 30 de junho de 2026, as contingências passivas no Banco classificadas como perdas prováveis são no valor total de R\$ 764, representadas por processos:
- i) trabalhistas que somam R\$ 658 (ações relativas a questões trabalhistas da categoria profissional, que discutem horas extras, equiparação salarial, entre outros); e ii) cíveis que somam R\$ 106 (processos que aguardam julgamento e não afetam representativamente o resultado e as operações da Instituição).
- (c) *Passivos Financeiros mensurados a custo amortizado.*

A seguir, composição das provisões para contingências por natureza:

	06/2026	12/2025
Ações trabalhistas	658	575
Ações cíveis	106	106
Total	764	681

Movimentação

	06/2026	12/2025
(=) Saldo inicial	681	2.115
(+) Constituições	83	117
(-) Baixas	-	(1.551)
(-) Reversão	-	-
(=) Saldo final	764	681

Perdas possíveis

Em 30 de junho de 2026, as contingências passivas no Banco classificadas como perdas possíveis são no valor total de R\$ 0 (R\$ 167 em 2025), representadas por processos: **a)** cíveis R\$ 0 (R\$ 78 em 2025) (ação de reparação de danos); **b)** trabalhistas que somam R\$ 0 (R\$ 386 em 2025), (ações relativas a questões trabalhistas da categoria profissional, que discutem horas extras, equiparação salarial, entre outros); e **c)** administrativo que neste momento não afeta representativamente o resultado e as operações da Instituição R\$ 0 (R\$ 167 em 2025).

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social está representado em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 por 17.955.577 ações ordinárias, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas por acionistas domiciliados no país. Requisitamos ao Banco Central a autorização para aumento de capital no valor de R\$ 4.700, representativo 5.875.000 ações ordinárias, sem valor nominal.

b) Reserva de lucros

b.1) Reserva legal

O estatuto social determina que 5% do lucro líquido do exercício serão aplicados na constituição da reserva legal, antes de qualquer outra destinação, conforme trata o Artigo 193. da Lei nº 6.404/76 das sociedades por ações, até o limite de 20% do capital social integralizado. Em 30 de junho de 2026 o Banco possuía registrado o montante de R\$ 1.261 (R\$ 1.261 em 2025) em reserva legal.

b.2) Reserva de contingência

O estatuto social do Banco prevê que a diretoria poderá destinar parte do lucro líquido à formação de reserva para contingência. Em junho de 2026 e 2025 não houve destinação do lucro para reserva de contingência.

b.3) Reserva estatutária

Conforme Art. 25 do estatuto social do Banco é determinado que o saldo do lucro líquido do exercício, após as distribuições de reserva legal, reserva de contingência e pagamento de dividendos, será transferido para conta de reserva de lucros - reserva estatutária, ficando à disposição da assembleia geral. Por proposta da diretoria, a assembleia geral poderá manter naquela conta, até o limite de 95% do valor do capital social integralizado, visando a manutenção de margem operacional compatível o desenvolvimento das operações ativas do Banco. Em 30 de junho de 2026 o Banco não possui valor registrado em reservas estatutárias.

c) Dividendos

O estatuto social determina que seja assegurado aos acionistas o pagamento do dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, ajustado nos termos do Artigo 202. Da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por ações. No semestre findo em 30 de junho de 2026 não foram pagos dividendos.

19. Partes relacionadas

a) Partes relacionadas

As partes relacionadas são elencadas conforme relação a seguir:

- Petra Capital Gestão de Investimentos Ltda.;
- Finaxis Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (no individual) – Controlada;
- Petra Asset Gestão de Investimento Ltda.; e
- Holding Finaxis S.A. – Controladora.

b) Principais saldos e resultados de transações com partes relacionadas:

b.1) Remuneração da Administração

No período findo de 30 de junho de 2026, foram registrados benefícios de curto prazo a título de remuneração no montante de R\$ 185 (R\$ 178 em 2025) referente a despesas de rateio da Holding.

b.2) Demais transações

Com base nos critérios estabelecidos na Resolução nº 4.818/2020 do CMN, as transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições negociadas entre as partes, no tocante a encargos e prazos, e são compostas por:

	06/2026		06/2025	
	Ativo (passivo)	Receita (despesa)	Ativo (passivo)	Receita (despesa)
Finaxis CTVM S.A.	1	-	(3.183)	-
Holding Finaxis S.A.				
disponibilidade	-	-	(3.914)	-
Holding Finaxis S.A. (*)	(1.868)	(9.552)	(1.563)	(8.084)
Total	(1.867)	(9.552)	(8.660)	(8.084)

(*) Representado pelo ressarcimento de custos e despesas por uso compartilhado de infraestrutura administrativa para a Holding Finaxis S.A.

20. Receita de prestação de serviços

	06/2026	06/2025
Administração de fundos	2.519	2.275
Custódia de valores	8.730	8.407
Controladoria e contabilidade dos fundos de investimentos	4.877	4.713
Tarifas bancárias	1.642	1.609
Escrituração	2.372	2.537
Outras	1.455	1.406
Total	21.595	20.947

21. Despesas de pessoal

	06/2026	06/2025
Remuneração	6.883	6.853
Encargos	2.352	2.277
Benefícios	2.402	2.315
Treinamentos	-	20
Total	11.637	11.465

22. Outras despesas administrativas

	06/2026	06/2025
Despesas de água, energia e gás	27	22
Despesas de aluguéis	247	242
Despesas de comunicação	4	3
Patrocínio	146	15
Despesas de manutenção e conservação de bens	19	8
Despesas de material	24	14
Despesas de processamento de dados (a)	6.183	6.279
Despesas de promoções e relações públicas	13	7
Despesas de publicações	5	-
Despesas de seguros	203	162
Despesas de serviços do sistema financeiro	126	107
Despesas de serviços de terceiros	93	122
Despesas de serviços técnicos especializados (b)	2.220	1.592
Despesas de transportes	6	6
Despesas de viagens	73	33
Outras despesas administrativas	222	253
Despesas de depreciação e amortização	612	475
Total	10.223	9.340

(a) Refere-se, substancialmente, às mensalidades dos módulos, aplicativos e contingência de Infraestrutura (Matera, IBM, Maps, Serasa, entre outras) utilizados no Banco;

(b) As despesas de serviços técnicos especializados no Banco referem-se à consultoria R\$ 1.286 (R\$ 440 em 2025), e a utilização de serviços jurídicos, assessoria em recursos humanos, auditoria e outros serviços de assessoria técnica especializada no montante de R\$ 934 (R\$ 1.152 em 2025).

23. Outras despesas operacionais

	2026	2025
Falhas de processos - fundos inativos	194	4
Falha gerenciamento de prazos	-	28
Outras despesas com perdas operacionais (a)	10.000	1
Total	10.194	33

a) Valor relativo a baixa do processo de ressarcimento junto à seguradora, decorrente de sinistro.

24. Imposto de renda e contribuição social

a) Conciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado

As demonstrações do imposto de renda e da contribuição social correntes incidentes sobre as operações são assim apresentadas:

Imposto de renda	06/2026	06/2025
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social e após as participações	(8.269)	(2.671)
Total Adições (exclusões):	(2.465)	1.789
Patrocínio	146	15
Despesa com brindes	-	3
Contingência	91	72
Salário maternidade	-	73
Ressarcimento de infra cto rateio	2	40
Provisão para rendas a receber/despesas a reembolsar	7	5
Depreciação máquina e equip - arrendamento	437	272
Despesa financeira de arrendamento	106	45
Rendas equivalência patrimonial	(2.639)	2.214
Reversão sobre rendas a receber / despesas a reembolsar	(100)	-
Parte B	-	(614)
Ressarcimento de contingência	-	(38)
Pagamentos de arrendamento	(515)	(298)
Lucro fiscal acumulado do semestre atual	(10.734)	(882)
Prejuízo fiscal compensado até a competência	(5.278)	(2.483)
Saldo de prejuízo fiscal acumulado atual	(10.734)	(882)
Saldo de prejuízo fiscal acumulado até 30/06	(16.012)	(3.365)
Base de cálculo após as compensações de prejuízo fiscal	-	-
Imposto de renda total	-	-
Imposto de renda 15%	-	-
Adicional de imposto de renda 10%	-	-
Imposto de renda diferido	2.697	95
Total imposto de renda	2.697	95

Contribuição social

	06/2026	06/2025
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social e após as participações	(8.269)	(2.671)
Adições (exclusões):	(2.465)	1.789
Patrocínio	146	15
Despesa com brindes	-	3
Contingência	91	72
Salário maternidade	-	73
Ressarcimento de infra cto rateio	2	40
Reversão sobre rendas a receber / despesas a reembolsar	7	5
Depreciação máquina e equip - arrendamento	437	272
Despesa financeira de arrendamento	106	45
Rendas de ajuste enviados em coligadas/controladas	(2.639)	2.214
Reversão sobre rendas a receber / despesas a reembolsar	(100)	-
Parte B	-	(614)
Ressarcimento de contingência	-	(38)
Pagamentos de arrendamento	(515)	(298)
Base de cálculo antes das compensações de prejuízo fiscal	(10.734)	(882)
Prejuízo fiscal compensado até a competência	(5.276)	(2.480)
Saldo de prejuízo fiscal acumulado atual	(10.734)	(882)
Saldo de prejuízo fiscal acumulado até 30/06	(16.010)	(3.362)
Base de cálculo após as compensações de prejuízo fiscal	-	-
Contribuição social 20%	-	-
Contribuição social diferido	2.158	75
Total contribuição social	2.158	75

b) Composição do imposto de renda e contribuição social no resultado

No primeiro semestre de 2026, o Banco apresentou prejuízo fiscal acumulado no montante de R\$ (10.734) (prejuízo fiscal acumulado de R\$ 882 em 2025).

A demonstração do imposto de renda e da contribuição social corrente incidente sobre as operações de 30 de junho de 2026 e 2025 são assim apresentadas:

	Banco	
	06/2026	06/2025
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social	-	-
Impostos diferidos		
Imposto de renda e contribuição social	4.855	(170)
Total	4.855	(170)

c) Expectativa de realização dos créditos tributários

A Administração do Banco Finaxis S.A., realizou estudo de créditos tributários e concluiu que os créditos tributários serão realizados nos seguintes conforme abaixo:

Banco

Créditos tributários	Saldo anterior	Adições	Baixas/realizações	Saldo atual
Prejuízo Fiscal	2.392	4.890	(77)	7.205
Provisão para contingência sobre adições e exclusões temporárias	390	42	-	432
Total	2.782	4.932	(77)	7.637

Apresentamos abaixo a expectativa anual de realização dos créditos tributários:

Banco

Ano de realização	Valor
2026	2.222
2027	867
2028	672
2029	726
2030	781
2031	837
2032	893
2033	639
Total	7.637

25. Instrumentos financeiros derivativos

Durante o 1º semestre de 2026 e de 2025, o Banco não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos.

26. Gerenciamento de Riscos e Capital

O Finaxis acredita que o gerenciamento de riscos e o gerenciamento de capital são fundamentais para a instituição crescer de forma sustentável e rentável.

Para garantir a adequação e eficácia, a Diretoria de Riscos e Conformidade, que atua de forma independente, é responsável por coordenar as atividades que tangem estas estruturas.

O gerenciamento e o monitoramento dos riscos do Finaxis são realizados por meio de políticas, estratégias, sistemas e controles, alinhados às diretrizes e ao apetite de riscos definidos pela Alta Administração.

As descrições completas sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e a estrutura de gerenciamento de capital estão disponíveis no Relatório de Pilar 3, localizado nos sites:

Do Banco Finaxis S.A.: <https://finaxis.com.br/quem-somos/gestao-de-riscos/>; e

Da Finaxis CTVM S.A.: <https://corretora.finaxis.com.br/quem-somos/gestao-de-riscos/>.

Abaixo segue descrição sucinta do gerenciamento de riscos e capital do Finaxis.

a) Gerenciamento de Riscos

A estrutura de gerenciamento de riscos identifica, mensura, avalia, monitora, reporta, controla e mitiga os riscos a que a instituição esteja sujeita de maneira relevante.

Risco de liquidez

Risco de liquidez consiste em:

A possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e

A possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Nos critérios e procedimentos aprovados pela Alta Administração, são determinadas as diretrizes de reserva mínima de liquidez, plano de contingência de liquidez para curto e longo prazo e tipos de ativos elegíveis para composição dos recursos disponíveis.

Risco de mercado

Risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição.

Atualmente o Finaxis atua no mercado financeiro com estratégias conservadoras e com foco específico no mercado de serviços para fundos de investimento. Essa estratégia permite a manutenção de níveis baixos de exposição com relação ao risco de mercado.

Os instrumentos detidos pelo Finaxis são, em sua completude, classificados na carteira bancária.

Risco de crédito

Risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas a:

Não cumprimento pelo tomador ou contraparte de obrigações financeiras nos termos pactuados;

Desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador;

Reestruturação de instrumentos financeiros; e

Custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

Atualmente, o risco de crédito do Finaxis é considerado imaterial, devido à atividade desenvolvida. O risco de crédito é hoje proveniente de operações que representam baixo risco, sendo elas, basicamente, operações compromissadas e títulos públicos federais.

Risco operacional

Risco operacional consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.

No Finaxis, o risco operacional é o risco de maior potencial de perdas, devido às atividades desenvolvidas nos negócios. A instituição possui políticas e procedimentos para identificação, classificação, avaliação, controle, monitoramento e tratamento dos riscos operacionais.

A Diretoria de Riscos e Conformidade tem a missão de implantar e coordenar a estrutura de avaliação de riscos operacionais, prestando o devido suporte, garantindo um gerenciamento de riscos eficaz, visando reduzir as perdas operacionais e fortalecer o ambiente de controles.

b) Gerenciamento de Capital

Gerenciamento de capital consiste no processo contínuo de:

Monitoramento e controle do capital mantido pela instituição;

Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está exposta; e

Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos.

No Finaxis, a estrutura de gerenciamento de capital é abrangida por:

Políticas e estratégias, claramente documentadas, que definem os procedimentos destinados a manter o PR (Patrimônio de referência), o Capital Nível I e o Capital Principal, tratados na Resolução CMN nº 4.955/2021, nos níveis estabelecidos pelo regulador e compatíveis com os riscos incorridos pela instituição;

Sistemas, rotinas e procedimentos para o gerenciamento de capital;

Avaliação dos impactos no capital dos resultados do programa de testes de estresse;

Plano de capital;

Avaliação da adequação de capital; e

Relatórios gerenciais tempestivos para o comitê CCRC.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.958, de 21 de outubro de 2021, em junho de 2023 os requerimentos mínimos para o Finaxis de PR, Capital Nível I e Capital Principal correspondiam à 8%, 6% e 4,5% do montante do RWA, respectivamente, e um Adicional de Capital Principal correspondente à 2,5% do montante do RWA.

Da mesma forma, de acordo com a Circular nº 3.876, de 31 de janeiro de 2018, em junho de 2026 o Finaxis observou um requerimento de PR mantido para a cobertura do IRRBB correspondente à cerca de 0,53% do montante do RWA.

O Finaxis possui como prática o constante controle e monitoramento contínuo dos limites impostos pela regulamentação em vigor. Atualmente, seu capital é composto pelo capital social de controladores e não controladores e por letra financeira subordinada que constitui o Capital Nível I.

A fim de cumprir os objetivos do gerenciamento de capital, são estabelecidas diretrizes objetivas que norteiam os processos e a estrutura do gerenciamento de capital, com o propósito de fornecer subsídios à Alta Administração em sua tomada de decisão.

Os dados abaixo demonstram a situação do Finaxis sobre os requerimentos mínimos de capital, em relação a junho de 2026 e ao período precedente.

	Jun-26	Dez-25
Valores em milhares - R\$		
Patrimônio de referência	33.279	35.932
Nível I	33.279	35.932
Capital principal	10.335	14.458
Capital complementar	22.944	21.474
Nível II		
RWA (ativos ponderados pelo risco)	130.702	132.666
Crédito – RWACPAD	15.337	23.533
Mercado – RWAMPAD		
Operacional – RWAOPAD	115.365	109.134
Índice de Basileia	25,46%	27,08%

Desta forma, observa-se o cumprimento do Finaxis aos requerimentos de capital previstos na regulamentação em vigor.

O descumprimento pode acarretar adoção de medidas prudenciais preventivas pelo Banco Central do Brasil, descritas na Resolução CMN nº 4.019 de 29 de setembro de 2011.

27. Resultados recorrentes e não recorrentes

Em atendimento à Resolução BCB No 2 de 12 de agosto de 2020, a administração informa que no semestre findo em 30 de junho de 2026, tivemos a realização de um evento não recorrente no valor de R\$ 10 milhões, relativo à baixa do processo de ressarcimento junto à seguradora. As demais contabilizações em perda nos resultados apurados são oriundos de operações recorrentes.

28. Eventos subsequentes

Em atendimento ao CPC 24 – Contabilização e divulgação de eventos subsequentes, a administração informa que até esta data não houve ocorrência de eventos que afetem significativamente as demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho de 2026.